

Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho: subsídios para o monitoramento dos ambientes de trabalho insalubres

Guidelines for surveillance of cancer related to work: grants for monitoring review of work places unhealthy

Ubirani Barros Otero¹, Raphael Mendonça Guimarães²

Resenha do livro:

Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. Ribeiro FSN, Otero UB (Org.). Rio de Janeiro: INCA; 2012.

Em 2004, o Ministério da Saúde demarcou um momento histórico para a vigilância em saúde do trabalhador ao publicar a Portaria nº 777/Gabinete do Ministro (GM), no dia 28 de abril, que dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde (SUS). Pautada em princípios da vigilância em saúde, dados pelo artigo 200º da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica 8080 de 1990, e considerando a emergência do trabalho da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), disposta na Portaria nº 1.679/GM, de 19 de setembro de 2002, a portaria passa a incluir, no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), nove agravos em saúde do trabalhador como de notificação compulsória, dentre eles o câncer ocupacional.

Definido como sendo o “Câncer que surgiu como consequência da exposição a agentes carcinogênicos presentes no ambiente de trabalho, mesmo após a cessação da exposição”, o instrutivo inicial para preenchimento das fichas de notificação para câncer relacionado ao trabalho considerava como eventos sentinela somente aqueles que resultassem em leucemia por exposição ao benzeno (Classificação Internacional de Doenças – CID C91 e C95), mesotelioma por amianto (CID C45) e angiossarcoma hepático por exposição a cloreto de vinila (CID 22.3). Passados oito anos, uma nova publicação do Instituto Nacional do Câncer (INCA) avaliou que, pelo menos, 19 tipos de tumor — entre eles os de pulmão, pele, fígado, laringe, bexiga e leucemias — estão relacionados à ocupação e ao ambiente de trabalho. E trabalhadores de algumas profissões, como agricultores, pintores, cabeleireiros,

¹Doutora em Ciências/Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil; Coordenadora da Área de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

²Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil; Professor Adjunto do IESC/UFRJ – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Endereço para correspondência: Ubirani Barros Otero – Rua Marquês de Pombal, 125, 5º andar – Centro – CEP: 20230-240 – Rio de Janeiro (RJ), Brasil – E-mail: uotero@inca.gov.br

Fonte de financiamento: nenhuma.

Conflito de interesse: nada a declarar.

pilotos de avião, comissários de bordo, farmacêuticos, químicos e profissionais da construção civil são exemplos de ocupações de maior risco ao desenvolvimento da doença em relação a população geral, pelo contato direto e diário com agentes reconhecidamente cancerígenos.

É nesse contexto que são publicadas, em 2012, pelo INCA, as Diretrizes para a Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho. Cada capítulo foi escrito por um grupo de especialistas e submetido à análise de um comitê de consultores e aos organizadores da publicação. O objetivo é oferecer aos profissionais de saúde subsídios, por meio de orientação técnicas e epidemiológicas, para buscar, na história pessoal e profissional do paciente, informações ou indícios de contato com compostos potencialmente cancerígenos no ambiente ou no processo de trabalho. O produto surgiu a partir de uma demanda do Ministério da Saúde, que identificou a inexistência de material específico sobre saúde do trabalhador e o câncer.

Em 2007, o Ministério da Saúde publicou um protocolo, também em parceria com o INCA, sobre leucemia mieloide aguda para capacitação dos profissionais ligados à Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e aos 182 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) do país. A publicação lançada agora inclui não só as diretrizes, mas traz todo o conteúdo didático sobre os principais agentes cancerígenos, os cânceres provocados por eles e a associação com algumas ocupações cujos trabalhadores são diretamente afetados por essas e outras substâncias.

O levantamento, divulgado no final do mês de abril de 2012, identificou 19 tipos de tumores malignos que podem estar relacionados ao trabalho. Além dos carcinógenos já tradicionalmente conhecidos, como o amianto, a radiação solar e benzeno, o estudo incluiu 112 substâncias cancerígenas identificadas no ambiente de trabalho. Segundo a publicação, os tumores nos órgãos citados podem ter relação ainda com produtos aparentemente inofensivos, como poeiras de madeira e de couro, além de medicamentos antineoplásicos, indicados para destruir células cancerosas, mas que acabam lesando as células saudáveis. O estudo mostra, também, que

os casos mais comuns da doença relacionada ao trabalho são leucemia, câncer de pulmão, de nariz, de pele, de bexiga, de pleura e de laringe. Os principais grupos de agentes cancerígenos relacionados ao trabalho incluem os metais pesados, agrotóxicos, solventes orgânicos, formaldeído e poeiras (de amianto e sílica). A via de absorção (respiratória, oral, ou pela pele), a duração e a frequência da exposição aos agentes nocivos influenciam o grau de toxicidade.

De acordo com o estudo, cerca de 46% dos casos de câncer relacionados ao trabalho não são notificados por falta de mais informações a respeito. Dos 113,8 mil benefícios de auxílio-doença por câncer dados pela Previdência Social, apenas 0,66% estavam registrados como tendo relação ocupacional. Em países com mais pesquisas sobre o tema e políticas públicas voltadas para o câncer relacionado ao trabalho, como Espanha e Itália, casos de câncer ocupacional variam entre 4 e 6% do total de cânceres e na maioria das estimativas dos países industrializados esse tipo de câncer corresponde a uma média de 5% dos casos da doença. Para melhor compreensão da magnitude do problema no Brasil, experimentamos adotar, como parâmetro, uma estimativa de fração atribuível de 4% para os fatores ocupacionais. Considerando a estimativa publicada pelo Instituto Nacional de Câncer do Brasil na qual são esperados 518.510 casos novos de câncer em 2012, pode-se deduzir que teremos nesse mesmo ano 20.740 casos novos de câncer relacionados ao trabalho no país.

Ainda, a crescente inserção de mulheres em certos setores do mercado de trabalho, antes exclusivos dos homens, aponta para a necessidade de novas políticas voltadas para a saúde da mulher. Finalmente, cabe ressaltar que a prioridade da prevenção é a remoção da substância cancerígena do processo de trabalho. Enquanto isso não acontece, há ainda duas outras recomendações: evitar a exposição e gradualmente eliminar o uso desses agentes e restringir o contato com cancerígenos a determinadas atividades, com a adoção de níveis mínimos de exposição, associado ao monitoramento ambiental cuidadoso e à redução da jornada de trabalho. Isso significa, segundo o levantamento, estabelecer prioridades para afastar o trabalhador desses agentes.

Recebido em: 20/05/2012
Aprovado em: 17/07/2012